A CPT E OS CONFLITOS DE TERRA EM PERNAMBUCO (1986-1994)

Samuel Carvalheira de Maupeou*

Resumo:

Como problemática central, este texto procura compreender a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos de terra de Pernambuco a partir de meados da década de 1980. A CPT Nacional surgiu em 1975 e teve suas origens relacionadas à questão da expansão agropecuária na Amazônia. Esta organização só surgiu em Pernambuco em agosto de 1988, como resultado não só de uma ruptura com experiências anteriores da Igreja no meio rural, ocorridas desde os anos 1960, mas também de um conflito com parte da hierarquia da Igreja local. Uma vez criada, ela se engajou nos conflitos de terra do estado e passou a desempenhar um papel importante nos movimentos de ocupação de engenhos improdutivos. Em dois desses conflitos, ela teve uma atuação efetiva e constituiu as suas práticas: o Engenho Pitanga (1986 e 1987) e o Engenho Ubú (1994).

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra-CPT, Zona Canavieira de Pernambuco, Luta Pela Terra

THE CPT AND THE LAND CONFLICTS IN PERNAMBUCO (1986-1994)

Abstract:

As it's central question, this paper seeks to understand the Pastoral Land Comission (Comissão Pastoral da Terra-CPT) performance at land conflicts in Pernambuco by the mid 1980s. The National CPT emerged in 1975 and had it's origins related to agriculture and stock breeding expansion at Amazon. This organization only emerged in Pernambuco at august 1988, as result not only from a rupture with previous experiences of the Church in the countryside, which happened since the 1960s, but also from a conflict with part of the local Church hierarchy. Once created, it got involved with the State's land conflicts and started to develop an important role in the occupation movements of unproductive sugar cane mills. In two of these conflicts it had an effective performance and constituted its praxis: the *Pitanga* Sugar Mill (1986 e 1987) and the *Ubú* Sugar Mill (1994).

Keywords: Pastoral Land Comission-Cpt, Pernambuco Sugar Cane Zone, Fight For The Land

Recebido: 21/06/2016
Avaliado: 06/09/2016

* Professor Adjunto de História da Universidade Estadual do Ceará-UECE e professor permanente do Mestrado Acadêmico em História da UECE (MAHIS/UECE). Email: samuelcdemaupeou@yahoo.com.br

Este artigo tem por objetivo principal analisar as práticas desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no norte da Zona Canavieira do estado de Pernambuco, entre os anos de 1988 e 1994. Trata-se de uma organização leiga da Igreja Católica, surgida em âmbito nacional em 1975 e desde o início ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela foi então criada em resposta aos intensos conflitos de terra ocorridos na região amazônica em meados dos anos 1960 e que se intensificaram ao longo dos anos 1970. Por outro lado, na região Nordeste, mais precisamente em Pernambuco, ela só veio a se constituir enquanto tal em 1988 e passou a desempenhar um importante papel no apoio aos movimentos de ocupação de engenhos improdutivos pertencentes aos grandes proprietários e às usinas de açúcar e de álcool da região.

Partindo deste contexto inicial, a análise aqui proposta se insere na perspectiva definida por Edward Thompson e pela história social inglesa a partir dos anos 1960.[1] Pretende-se, portanto, abordar os movimentos e seus atores sociais com base nas ações que colocaram em prática e de suas experiências de aprendizado no decorrer da luta social e política empreendida. O estudo se inspira ainda no trabalho desenvolvido pelo antropólogo estadunidense James Scott a respeito das formas de resistência dos grupos submetidos às diferentes formas de dominação, seja ela econômica ou, sobretudo, simbólica.[2]

Deste modo, procura-se projetar o olhar sobre esta organização da Igreja e a sua atuação no meio rural de Pernambuco, região historicamente de grande tensão social entre, de um lado, trabalhadores rurais e sem terra e, de outro, grandes proprietários. Para tanto, dois questionamentos sobressaem, como e em que medida o papel da CPT no apoio aos trabalhadores rurais da região faz dela um movimento social relevante no contexto local? Estaria ela limitada pelo contexto eclesial que, de certo modo, a envolve?

A fim de responder à problemática levantada, este artigo é composto de duas partes principais. Em primeiro lugar, apresentam-se sumariamente a organização católica, suas origens nacionais, seus vínculos com a Igreja e sua emergência no meio rural de Pernambuco. Em seguida, as suas práticas serão analisadas sob a ótica dos conflitos de terra ocorridos na região, a partir do estudo de dois casos específicos. De uma maneira geral, procura-se compreender como a CPT surgiu no contexto nacional e local e de que maneira ela se inseriu nos conflitos de terra em curso.

[1] THOMPSON, 1987; HILL, 1987; RUDÉ, 1991.
[2] SCOTT, 2013.

Da Amazônia aos Canaviais...

Esta primeira parte pretende situar as origens político-institucionais da organização no interior da Igreja Católica, em meados dos anos 1970, assim como os eventos que fizeram com que ela emergisse tardiamente no meio rural de Pernambuco do final dos anos 1980. Em síntese, o seu surgimento se deu num contexto eclesial e político singular e ocorreu em dois níveis diferentes, embora complementares: o nacional e o local.

Em escala nacional, ela se constituiu em plena Ditadura Militar e graças ao papel de alguns bispos e agentes pastorais nas frentes de expansão e exploração econômica da Amazônia. As origens parecem, portanto, longínquas e a sua aparição em âmbito local ocorrerá apenas bem mais tarde. De fato, atores sociais ligados à Igreja opunham-se então à política de colonização empreendida pelo Regime Militar em região amazônica e não estavam mais necessariamente tão atentos ao que ocorria no outro extremo do território nacional, no Nordeste.

Já distantes no tempo, há pelo menos mais de uma década, os intensos conflitos de terra nesta última região não mais assumiam a centralidade de uma “zona explosiva”, nem tampouco de uma situação alarmante aos olhos da Igreja nacional, como o fora outrora. Esses conflitos permaneciam, em suma, objeto de clérigos da Igreja local e regional, a exemplo de Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife, e de outros bispos próximos a ele. Sobretudo porque o Regime Militar instaurado em abril de 1964 tinha-se encarregado de maneira bastante eficaz de perseguir as principais lideranças do meio rural e de desmantelar as suas organizações (sindicatos, partidos de esquerda e de extrema esquerda e Ligas Camponesas).

Por outro lado, a Amazônia emergia como uma recente área de atuação, em que se rompia flagrantemente com os direitos humanos e sociais e ainda com a legislação trabalhista em vigor, inclusive no meio rural. Surgiu deste novo contexto em ebulição a reação de figuras importantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, neste momento particularmente atentas a esta parte do território nacional.

A CPT Nacional foi criada oficialmente em junho de 1975, no Encontro de Pastoral da Amazônia (Goiânia-GO), realizado a fim de se conhecer a realidade eclesial vivida na região e de se opor à política agrícola empreendida pelo Estado. Esta provocava intensos conflitos fundiários entre os trabalhadores rurais e as grandes empresas latifundiárias que se estabeleciam na região desde o início dos anos 1960. Esses conflitos se acentuavam ao longo dos anos 1970 e mobilizavam cada vez mais os membros da Igreja (bispos, padres e, sobretudo, agentes pastorais).[3]

[3] CPT Nacional, 1983, p. 7 e 70-72; MARTINS, p. 63-74; CPT Nacional, 1997, p. 31-35 e 70-76; CANUTO e POLETTO, 2002, p. 36.

O encontro foi inicialmente convocado por Dom Moacyr Grechi, membro da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB, por meio de uma carta enviada aos bispos católicos em março do mesmo ano. Ele procurava definir as ações pastorais a serem empreendidas frente "ao conflito existente e latente entre empresas agropecuárias e posseiros". Além disto, buscava-se estabelecer as estratégias da Igreja em relação a dois principais problemas existente na região: a concentração fundiária e o êxodo rural.[4]

Esta organização, uma vez criada e reconhecida pela CNBB, visava dar assistência às equipes que trabalhavam na pastoral em meio popular na região amazônica. Ela objetivava ainda dar apoio aos trabalhadores rurais e sem terra em sua luta pela reforma agrária, sem deixar de lado a prática evangelizadora, implementada mediante a prestação de um serviço a suas principais reivindicações e necessidades mais urgentes.[5]

Em escala nacional, a CPT também surgiu como uma ruptura em relação às experiências precedentes da Igreja no meio rural. Ela previa uma maior inserção no meio popular e dava maior ênfase às noções de justiça social e de opção radical pelos pobres e explorados, estabelecidas anteriormente pela Conferência dos Bispos latino-americanos em 1968, em Medellín (Colômbia). Esta inserção se convertia, na prática, numa opção política que, para poder oferecer o seu apoio à luta dos trabalhadores rurais, necessitava da proteção institucional da CNBB (sobretudo em tempos de Ditadura), ainda que mantivesse em relação a ela uma autonomia considerável. Os seus membros não eram mais apenas leigos que dispunham tão somente de um mandato concedido pela hierarquia, eles tomavam a partir deste momento a iniciativa de ações pastorais autônomas, estrategicamente situadas sob a proteção da Igreja.[6]

No que diz respeito a parte do Nordeste (regional Nordeste 2-NE 2 da CNBB, composto pelos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), houve um grande distanciamento cronológico e geográfico em relação à CPT Nacional (1975). Diferentemente das outras regionais, rapidamente estabelecidas, a CPT NE 2 só foi criada em 1988. Este nascimento se deu, em certa medida, em decorrência da influência local já exercida antes pela nacional (desde 1986), mas ocorreu, principalmente, como resultado de um longo e complexo processo anterior de mudança e ruptura no interior da Igreja local e regional.[7]

Num primeiro momento, esta ruptura se materializou pelo declínio da Ação Católica Rural e do seu trabalho de sindicalização no campo do final dos anos 1950 e início dos anos

[4] Carta de Dom Moacyr Grechi apud CPT Nacional, 1983, p. 7.
[5] CPT Nacional, 1985, p. 36-39; CANUTO, 2002, p. 18-31.
[6] CPT Nacional, 1997, p. 30; CANUTO e POLETTO, 2002, p. 23 e 24.
[7] CALADO, 1996, p. 9-28; SERBIN, 2008, p. 275 e 276; SERVAT, 2000, p. 9.

1960, cuja orientação era majoritariamente evangelizadora, reformista e anticomunista.[8] Esse declínio se manifestou também, alguns anos mais tarde, pela implantação do trabalho da Pastoral Rural Nordeste 2 (PR NE 2), organização leiga e diocesana que surgiu por volta de 1966 e que, ao longo dos anos 1970, assumiu o trabalho anterior da Ação Católica Rural na organização das diversas ações da Igreja no campo. De caráter mais autônomo e já estando em contato com a CPT Nacional desde 1986, a PR NE 2 já ocupava então uma posição de destaque no cenário eclesial regional. Entre os diversos movimentos que ela coordenava estava a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), criada pelo padre francês Joseph Servat desde 1965, a pedido de Dom Helder Camara.[9]

Em seguida, a crescente ruptura se concretizou pela transformação dessa mesma Pastoral Rural em CPT Nordeste 2, fato que se deu em decorrência de intensos conflitos com Dom José Cardoso Sobrinho, sucessor de Dom Helder Camara, mas contrário a sua orientação pastoral e social, e eleito presidente do Regional Nordeste 2. O prelado demitiu sumariamente a equipe de coordenação da PR NE 2 em agosto de 1988, alegando divergências políticas, por se opor fortemente aos métodos dessa pastoral e aos vínculos de alguns de seus principais membros com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-PE).[10]

Além de declarações feitas à imprensa, os membros demitidos da coordenação da PR NE 2 reagiram mantendo a data da Assembleia Regional, já agendada para o mês de agosto do mesmo ano. Este encontro constituiu, portanto, a Assembleia de Fundação oficial da CPT Nordeste 2 (CPT NE 2) e afirmava sua intenção de prosseguir suas atividades de coordenação das equipes pastorais do meio rural e os contatos mantidos com os outros bispos.[11]

No início, esta decisão era uma estratégia de urgência para continuar o trabalho no meio rural. Entretanto, a vinculação oficial exigiu, finalmente, uma adaptação da antiga organização às novas disposições nacionais. Embora realizada de maneira bastante suave, ela implicou uma série de mudanças às quais a CPT NE 2 que surgia nem sempre esteve apta a se adequar. Isto se

[8] MAUPEOU, 2016.

[9] CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Brasília, 2004. p. 2, 20-24 e 59-62 (Plano de Pastoral aprovado pela 7ª Assembleia Geral Extraordinária da CNBB. Roma, outubro-novembro de 1965). Secretariado Regional Nordeste II. *Boletim Trimestral do Regional Nordeste 2 da CNBB* (BT), n. 4, nov.-dez. 1965, p. 4; n. 23, mar. 1972, p. 11; n. 24, set. 1972, p. 21-23; n. 1, jan.-mar. 1975; n. 2, abr.-jun. 1975, p. 38. ACR. *Grito no Nordeste*, número especial sobre a Assembleia Geral da ACR, 27 out. a 3 nov. 1974, p. 12 e 13. Pastoral Rural, *Relatório da Assembléia Regional de Pastoral Rural*, 1978, p. 1-4; 1980, p. 13 e 14; 1982, p. 8 e 9; 1984, p. 1-5 e 14; 1986, p. 1-3. Pastoral Rural, *Relatório das atividades do setor de Pastoral Rural*, *CNBB – Regional Nordeste 2*, 1979, p. 1 e 2. Entrevistas com: padre Erminio Canova (Padre Hermínio), 12 mar. 2008 e 24 mar. 2010; James Thorlby (Padre Tiago), 3 mar. 2010; Arnaldo Liberato, 16 e 22 abr. 2010; Flávio Lyra de Andrade, 27 abr. 2010 e 25 abr. 2011; Artur Tavares de Brito (Artur Peregrino), 15 dez. 2010 e 16 mar. 2011. Os Padres Hermínio e Tiago foram membros da ACR, da PR NE 2 e permanecem atualmente membros da CPT NE 2. Arnaldo Liberato, Flávio Lyra e Artur Tavares foram membros da ACR, da PR NE 2 e da CPT NE 2.

[10] BALTAR e CHAGAS, 1993, p. 91-97. *Diario de Pernambuco*, 10 ago. 1988; *Folha de São Paulo*, 16 ago. 1988; *Jornal do Commercio*, 1° jan. 1989, p. 6. Entrevistas com: Padre Hermínio, Padre Tiago, Arnaldo Liberato e Flávio Lyra de Andrade (ver nota 9).

[11] *Jornal do Brasil*, 18 ago. 1989, p. 5; *Jornal do Commercio*, 22 ago. 1989, p. 7. Pastoral Rural. *Relatório da Assembléia Regional de Pastoral Rural*, João Pessoa, 11 a 14 ago. 1988. CPT NE 2, Ata da 1ª Assembléia Regional da CPT NE 2, João Pessoa, 11 a 14 ago 1988, p. 1-3.

devia, em grande medida, ao seu passado fortemente ligado aos movimentos de Ação Católica e aos seus métodos de evangelização e de conscientização.

Desta maneira, no que se refere à adaptação formal, a CPT NE 2 seguiu corretamente as instruções e transformou suas instâncias decisivas aos moldes das instâncias nacionais.[12] No entanto, as diferenças logo surgiram, principalmente quanto à luta pela reforma agrária e à maneira de colocá-la em prática. Se ela havia desde cedo assumido para si as análises da CPT Nacional sobre a importância dessa reforma, ela agiu em seguida de modo diferente dos métodos habituais. Colocando-se muito além da assistência às iniciativas dos próprios trabalhadores rurais e sem terra, ela se envolveu profundamente na luta social e política que eles travavam na região. Ela participava, inclusive, ativamente dos processos de organização e de mobilização dos movimentos de ocupação de terras improdutivas pertencentes aos engenhos e às usinas de açúcar e álcool. Dessas ações precursoras provinham justamente as distinções entre as duas instâncias da organização.

Assim, a organização católica, criada nacionalmente em meados dos anos 1970 e surgida no meio rural do Nordeste mais de uma década depois, logo tomou parte nos conflitos de terra que eclodiam na região, principalmente na parte norte do estado de Pernambuco. Este envolvimento remetia, entre outros aspectos, a um passado de Igreja militante e fortemente vinculado, desde meados dos anos 1960 (vejam-se, por exemplo, as importantes e pioneiras experiências da Ação Católica[13]), à situação de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Todavia, esse engajamento provinha igualmente dos novos métodos de inserção, mobilização e resolução dos conflitos de terra. Estes substituíam as tradicionais estratégias de evangelização e de catequização de cunho fortemente anticomunista e se amparavam majoritariamente na ocupação da cena pública local e regional: manifestações diversas (protestos, ocupações de prédios e espaços públicos de grande visibilidade), utilização da imprensa, das mídias, assistência jurídica e pressão política (por intermediário de políticos e autoridades públicas). Isto estava, em grande medida, atrelado às estratégias adotadas então pelos novos movimentos sociais, tema que dispõe de importante produção a seu respeito.[14]

Estas novas estratégias foram largamente empregadas pela CPT NE 2 quando dos inúmeros conflitos de terra de que participou a partir do final dos anos 1980, dois dos quais serão analisados a seguir. Estes se destacam por terem sido os primeiros em que ela atuou e por terem, de certa forma, desempenhado um papel fundamental na formação de suas práticas.

---

[12] CPT NE 2. *Conflitos no campo da CPT do Regional Nordeste II*. Recife: CPT NE 2, 1995. p. 11. Publicação anual da CPT NE 2, entre 1990 e 1995, para a divulgação dos dados e das estatísticas da violência no campo e para a análise da conjuntura política nacional e regional e dos diversos conflitos no meio rural.
[13] Sobre a Ação Católica Rural e as principais organizações que a compunham, ver MAUPEOU, 2016.
[14] TOURAINE, 1978; INGLEHART, 1997; STARCK, 2005; NEVEU, 2005; PENISSAT, 2005; ZIBECHI, 2006; MATHIEU, 2007; MARTÍNEZ, 2008; SALAZAR, 2010.

Um Ator Social no Campo

Contrariamente às experiências anteriores da Ação Católica (como o SORPE e, ao menos no início, a JAC e o MEB[15]), a CPT NE 2 constitui, principalmente, um apoio de parte da Igreja à luta política dos trabalhadores rurais e sem terra.[16] Ela não visa formar líderes sindicais e menos ainda criar sindicatos rurais sob o seu controle e influenciados pela Doutrina Social da Igreja. A organização age em áreas de atuação bem diferentes[17], que podem ser reunidos em quatro principais categorias: luta pela terra; apoio à pequena produção e ao desenvolvimento sustentável; defesa dos direitos trabalhistas; apoio ao desenvolvimento local e defesa da cidadania.[18]

Com base nesses eixos bastante abrangentes, a presença da CPT no meio rural de Pernambuco logo adquiriu maior visibilidade, sobretudo no que se refere à assistência aos movimentos de ocupação de engenhos improdutivos ou cujos proprietários abriam crescentemente falência. Neste quesito, em pleno contexto de redemocratização e de ascensão de novos atores sociais, ela introduziu métodos inovadores e expandiu o seu campo de atuação em relação às experiências anteriores da Igreja no meio rural.

Muito além do âmbito eclesial, o contexto social e econômico no qual ela emergiu remonta ao final do século XIX, quando se estabeleceram na região canavieira as primeiras usinas de açúcar. Crises sucessivas perpassaram esta indústria açucareira desde os anos 1930 e desembocaram na mais grave delas, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.[19] Todavia, esta se assentava, em grande medida, numa retórica urdida pelos próprios usineiros para justificar a sua situação econômica, historicamente dependente de isenções governamentais e deficitária, e atingia, sobretudo, os trabalhadores rurais e moradores de engenho remanescentes. Provocava, assim, sua demissão em massa e impacto considerável em seu modo de vida e na dinâmica social e econômica local. A CPT os incitou, então, a se organizar e a ocupar as terras abandonadas dos donos de engenho e das grandes usinas de açúcar.[20]

---

15 O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) foi criado em 1961 por um grupo de padres coordenados pelos padres Antônio Melo Costa e Paulo Crespo, sendo este último o principal responsável. Esse serviço tinha por finalidade orientar a criação de sindicatos rurais católicos na região. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado no mesmo ano, mediante uma parceria entre a CNBB e o governo brasileiro. Ele previa de por em prática um sistema de educação de base por meio do rádio. As origens da Juventude Agrária Católica (JAC) remontam ao final dos anos 1940 e, a partir do início dos anos 1960, ela se dedicou mais fortemente à formação cristã e sindical. De uma maneira geral, essas três organizações católicas visavam, no início, frear o avanço das Ligas Camponesas e das forças políticas de esquerda, entre elas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as suas dissidências. O MEB, em 1962, e a JAC, em 1964, mudaram de orientação e passaram a enfatizar a autonomia dos sindicatos, o engajamento político e a conscientização. Somente o SORPE permaneceu ligado ao programa de sindicalização anticomunista e controlado pela Igreja. Ele se baseava, sobretudo, na doutrina estabelecida pela encíclica *Populorum Progressio* e previa uma conciliação entre os usineiros e os trabalhadores rurais.

16 MAUPEOU, 2016.

17 Assistência jurídica, ocupações de terra, acampamentos de sem terra, assentamentos, processos de desapropriação, agricultura familiar e comercialização de seus produtos, o lugar da mulher na pequena produção e na luta pela terra, apoio para conseguir recursos do Governo Federal, divulgação e denúncia na imprensa e em outras mídias (sites e redes sociais) dos conflitos, da violência e da exploração ocorridos no meio rural.

18 CPT NE 2, 2000, p. 4-10.

19 ANDRADE, 2005, p. 65-67 e 113-120; WANDERLEY, 1978, p. 47-63.

20 ALBUQUERQUE, 2004, p. 57-62 e 75-91; FONTE, 2004, p. 174-176; FIGUEIREDO, 2008, p. 190-193; WANDERLEY, 2003, p. 206-212.

Quando das primeiras ocupações, a Pastoral Rural, a CPT NE 2 e os sindicatos rurais assumiam à frente do movimento. Aos poucos, outros atores foram emergindo: o Movimento Sem Terra (MST), que chegou em Pernambuco em 1989, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), que já existia desde 1962, mas que se engajou mais fortemente na luta pela reforma agrária em parte desde 1986, mas sobretudo a partir de 1995.[21]

Entretanto, para aprofundar esta discussão, é preciso transcender o discurso institucional produzido pela própria CPT em seus escritos e documentos e analisar os dossiês sobre os conflitos de terra consultados em seu vasto acervo documental, situado em sua sede regional em Recife-PE. Embora acuradamente constituídos por sua própria equipe de documentação, esses dossiês expõem não somente seu engajamento e suas tomadas de posição frente aos conflitos, mas também reúnem fontes externas: processos jurídicos, matérias de jornais locais, notas emitidas, comunicados e cartas expedidas também pelos outros movimentos e atores sociais da luta pela terra. Eles permitem ainda perscrutá-la em plena atuação bem como observar suas práticas e o repertório de ações utilizado para apoiar os trabalhadores rurais e sem terra na luta pela reforma agrária.

Desta maneira, sem esquecer as outras mudanças provocadas pela sua emergência na região, sua maior contribuição para a atuação da Igreja Católica foi, sem dúvida, o apoio à luta pela terra. Este aspecto constitui a principal ruptura proposta por ela em relação à memória social da Igreja no meio rural do Nordeste e de Pernambuco. De fato, ela colocou em prática um engajamento considerável nesta luta. Isto é perceptível, notadamente, quando se estudam os conflitos em que ela atuou na Zona Canavieira de Pernambuco.

A título de exemplo, são analisados dois casos notáveis. O primeiro deles se iniciou antes mesmo da criação oficial da CPT NE 2 e se estendeu até os anos iniciais de sua chegada na região. O segundo ocorreu uma vez que a sua prática social no campo já havia assumido contornos mais marcantes e já havia adquirido uma maior visibilidade.

---

21 FIGUEIREDO, 2008, p. 190-193; ABREU E LIMA, 2003, p. 181.

Engenho Pitanga: "Mais Sangue Derramado na Luta Pela Reforma Agrária"

O Engenho Pitanga compreendia vastas extensões de terra (ao todo, mais de 6 mil ha) pertencentes à antiga Companhia de Tecidos Paulista (CTP), localizada no município de mesmo nome e situado no norte da Região Metropolitana de Recife. Antiga propriedade controlada pela família de origem sueca Lundgren, estabelecida na região no início do século XX, ela se destinava então às famílias pobres provenientes do interior, cujas filhas mais jovens trabalhavam na produção têxtil.[22] Após litígios entre herdeiros, ao longo dos anos 1970, a Companhia faliu no início dos anos 1980 e acabou deixando Pernambuco. Ela manteve, no entanto, suas terras sob forte vigilância armada, ainda que as tenha praticamente abandonado e deixado improdutivas. Logo identificadas pelas massas de trabalhadores rurais desempregados e ex-moradores de engenho expulsos que viviam nas periferias circundantes, estas terras foram palco, desde fevereiro de 1986, de um dos primeiros movimentos de luta pela terra no estado de Pernambuco após o fim da Ditadura Militar.[23]

Nesta data, a CPT NE 2 não existia ainda oficialmente e os leigos da Igreja local intervinham nestas questões, sobretudo, por intermédio da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR)[24] e da Pastoral Rural (PR NE 2) da diocese. Todavia, se a organização estudada não participou diretamente do conflito que eclodia então, este não deixou de ser considerado como um momento fundador de sua prática social. Os membros destas duas organizações que a antecederam vieram a se tornar, pouco mais de dois anos mais tarde, os seus próprios membros. Eles estavam, neste primeiro momento, entrando em contato com uma nova conjura social e econômica que os levava a se engajar na luta pela reforma agrária na Zona Canavieira.[25] Ademais, nesta época, as trocas entre Pastoral Rural NE 2 e CPT Nacional já estavam em curso, notadamente por meio dos membros da coordenação regional: Padre Hermínio, Angelo Zanré, Flávio Lyra de Andrade e Lenivaldo Cavalcante.[26]

A maioria dos trabalhadores envolvidos neste primeiro grande conflito provinha das famílias que outrora residiam nas terras dos engenhos e das usinas da região. Sobretudo a partir

---

22 LOPES, 1988.

23 WANDERLEY, 2003, p. 204-206; ALVIM, 1997; LOPES, 1988, p. 59-91 e 119-166; THORLBY, 1992, p. 4-9; ABREU E LIMA, 2003, p. 181; FIGUEIREDO, 2008, p. 190-193.

24 A Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) foi criada em 1965 pelo Padre Joseph Servat (Padre José Servat), a pedido de Dom Helder Camara, com o objetivo de colocar em prática um serviço de apoio aos cristãos no meio rural (principalmente trabalhadores rurais) diferente daquele proposto pelo SORPE, essencialmente anticomunista e sob forte controle dos padres que o dirigiam (sobretudo o Padre Paulo Crespo). A ACR procurava, portanto, enfatizar a participação de seus membros na evangelização e na conscientização política. De certa maneira, ela introduziu alguns dos métodos adotados posteriormente pela CPT, embora ela (a ACR) ainda fosse muito orientada para o trabalho de evangelização e de formação sacerdotal. Entrevista com o Padre José Servat, assistente da ACR (1965-1984), 29 jun., 17 e 18 jul. 2010.

25 WANDERLEY, 2003, p. 212 e 213; FIGUEIREDO, 2008, p. 190-193; ABREU E LIMA, 2003, p. 181; CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 26 ago. 1987, p. A1 e A5; 1º set. 1987, p. A13; 2 set. 1987, p. A10; 5 set. 1987, p. A5, e 1º out. 1987, p. A8 e A10.

26 Entrevista com: Padre Hermínio e Flávio Lyra de Andrade. Entrevista com Angelo Zanré, 24 nov. 2010.

do início dos anos 1960, eles foram progressivamente expulsos e demitidos, situação que se agravou após a crise da produção açucareira a partir do início dos anos 1970.[27] Em fevereiro de 1986, um grupo de aproximadamente 58 famílias, às quais logo se reuniram muitas outras (158, no total), decidiu ocupar uma primeira parte das terras abandonadas do Engenho Pitanga (Pitanga I). Após longos 9 meses de intensa luta, na qual intervieram diversos atores (trabalhadores rurais, organizações ligadas à Igreja, sindicatos rurais e a FETAPE, o governador de Pernambuco, as prefeituras dos municípios envolvidos no conflito e o INCRA), o decreto de desapropriação foi assinado pelo presidente da República José Sarney (1985-1990). No ano seguinte (agosto de 1987), um outro grupo de trabalhadores rurais ocupou outras extensões de terra da mesma companhia de tecidos (Engenho Pitanga II).[28] Após intensa mobilização social, essas propriedades foram igualmente desapropriadas em maio de 1988.[29]

O processo de luta para obter as desapropriações foi longo e complicado. Em Pitanga I, ele começou pela ocupação das terras, em seguida houve a expulsão dos trabalhadores e a sua transferência provisória para uma propriedade vizinha. Para pressionar o INCRA e chamar a atenção das autoridades públicas, os trabalhadores ocuparam, respectivamente, a sede regional do órgão em Recife e a Praça da República, situada em frente ao Palácio do Governo e ao Palácio de Justiça. Eles também estiveram no Aeroporto Internacional do Recife para receber o presidente da República, enviaram uma comissão de trabalhadores de ônibus a Brasília e, por fim, retornaram a Pitanga em posse do decreto expropriatório.[30] Em todos esses atos, os trabalhadores contaram com a ajuda de membros da ACR e da PR NE 2.

Em Pitanga II, as dificuldades persistiram e as estratégias adotadas foram similares, nelas os trabalhadores também contaram com o apoio dos membros da PR NE 2 e futuros membros da CPT NE 2 (sobretudo os Padres Hermínio e Tiago e Angelo Zanré). Após mais uma fase de preparação, eles ocuparam novamente as terras, de onde eles foram em seguida expulsos e transferidos provisoriamente para terras vizinhas. Assim como havia sido feito no ano anterior, eles também ocuparam a sede do INCRA, enviaram uma segunda comissão de representantes a Brasília e, ao final do embate, retornaram a Pitanga II em posse do decreto expropriatório.[31]

27 SIGAUD, 1979, p. 33-45; WANDERLEY, 2003, p. 208-212; THORLBY, 1992, p. 4-9.

28 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 26 ago. 1987, p. A1 e A5.

29 Governo Federal. Decreto n. 93.380, 9 out. 1986 (Decreto de desapropriação do Engenho Pitanga I, situado no município de Abreu e Lima, no norte da Zona Canavieira de Pernambuco); Decreto n. 96.046, 18 mai. 1988 (Decreto de desapropriação do Engenho Pitanga II, situado no município de Abreu e Lima, no norte da Zona Canavieira de Pernambuco). Governo do Estado de Pernambuco. Governador Miguel Arraes de Alencar. Ofício n. 029/88-GG. Recife-PE, 4 fev. 1988 (Carta de Miguel Arraes de Alencar, governador do estado de Pernambuco, 1986-1989, a Jáder Fontenelli Barbalho, ministro da Reforma Agrária. Pede-lhe que acelere o processo de desapropriação do Engenho Pitanga II).

30 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 23 jan. 1987, p. A10.

31 WANDERLEY, 2003, p. 208-212; THORLBY, 1992, p. 4-9. CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 2 set. 1987, p. A10; 20 e 23 set. 1987; 1º out. 1987, p. A1 e A10 e 8 out. 1987, p. A1 e A14. CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Jornal do Commercio*, 20 out. 1987, p. 10.

Matérias de jornal publicadas em 1987 no *Jornal do Commercio* e no *Diario de Pernambuco*, os dois maiores jornais do estado, apesar do seu tom predominantemente hostil aos movimentos de ocupação, indicavam precisamente as ações empreendidas pela ACR e pela PR NE 2 nestes conflitos. Em Pitanga I, juntamente com outras organizações, ambas deram o seu apoio aos trabalhadores rurais que ocuparam as terras em fevereiro de 1986. A esse respeito, afirmava então o *Jornal do Commercio*: "Estabelecida definitivamente a invasão da propriedade, que pertencia ao Grupo Lundgren, a história que se segue no Pitanga é a do apoio que entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abreu e Lima , a FETAPE e a Pastoral da Terra passaram a dar aos agricultores."[32] Mas suas ações não pararam por aí. Quando da expulsão dos trabalhadores, a ACR e a PR NE 2 os ajudaram também a encontrar um outro local para montar as barracas: "Não demorou muito e, com a ajuda da Pastoral Rural e da Animação Cristã no Meio Rural, as 158 famílias levantaram novamente seus barracos nas proximidades do engenho."[33]

Por fim, para acelerar o processo de desapropriação, no mês de abril, ambas organizaram com a FETAPE uma manifestação que percorreu o centro de Recife e que se dirigiu à sede do INCRA, onde os trabalhadores permaneceram acampados por dez dias. Esta ocupação só foi encerrada quando da assinatura de um documento que assegurava maior celeridade ao processo de reforma agrária na área em litígio. Frente à inação das autoridades, uma nova manifestação, organizada em agosto, dirigiu-se ao Palácio do Governo e representantes e apoiadores das 158 famílias ocuparam a Praça da República. A ocupação durou longos 110 dias e a subsistência das famílias foi assegurada, mais uma vez, graças ao apoio econômico e aos mantimentos fornecidos pela PR NE 2 e pela FETAPE. Os trabalhadores só deixaram o local após a obtenção do decreto presidencial de desapropriação.[34]

Em Pitanga II, o mesmo trabalho foi mantido. Pressões, mobilizações e ocupações de prédios e espaços públicos estratégicos (Brasília, INCRA, centro da cidade e Praça da República) se repetiram.[35] A propósito, o *Jornal do Commercio* noticiou: "Segundo os acampados, a qualquer momento eles poderão invadir o centro da cidade do Recife, numa passeata gigante para protestar contra os órgãos que não querem a desapropriação."[36] Neste segundo movimento, a participação da ACR e da FETAPE nas manifestações foi mais discreta. Esta última participou principalmente das negociações oficiais e dos pronunciamentos (encontros, reuniões e denúncias

[32] CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Jornal do Commercio*, 29 nov. 1987, p. 17.
[33] Ibid.
[34] Ibid.
[35] CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 8 out. 1987, p. A1 e A14; *Jornal do Commercio*, 6 out. 1987; 7 out. 1987; 9 out. 1987, p. 1 e 9; 20 out. 1987, p. 10 e 22 out. 1987, p. 8.
[36] CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Jornal do Commercio*, 16 out. 1987, p. 1 e 8.

na impressa). De acordo com a imprensa local, era principalmente a PR NE 2 que apoiava e mobilizava os trabalhadores rurais: "A presença da Pastoral Rural da Igreja é mais forte do que a da FETAPE. Ontem, vários membros da Pastoral estiveram lá, enquanto da FETAPE não apareceu ninguém."[37] Essa presença se traduzia também num apoio financeiro: "O principal apoio que recebem, inclusive financeiro, não é da FETAPE, mas da Pastoral Rural da Igreja."[38] O *Diario de Pernambuco* se respaldava então no testemunho de alguns trabalhadores rurais, apoiados pela PR NE 2, e negligenciava o papel da FETAPE.

O papel do Padre Tiago era, inclusive, colocado em evidência por este mesmo jornal local: "Os acampados falam do padre Tiago com um ar de quase adoração. Desde o início da luta o religioso dá apoio a eles."[39] Este membro da PR NE 2 e futuro membro da CPT NE 2 era considerado como o principal líder do movimento de ocupação, inclusive por seus detratores . Os representantes do grupo Lundgren o acusavam, na imprensa, de organizar, em colaboração com a FETAPE e os sindicatos rurais dos municípios da região (Abreu e Lima e Igarassu), "um movimento sub-reptício" que visava agravar a tensão social e provocar a desapropriação das terras reivindicadas.[40]

O padre realizava na localidade um trabalho de conscientização, denunciando abertamente os grandes proprietários de terra e pregando a necessidade de uma reforma agrária. Após a missa de corpo presente da segunda vítima do acampamento, uma criança de seis meses chamada Rodrigo, vítima de desidratação e pneumonia, ele declarou: "Rodrigo não é apenas mais um anjinho. É um mártir. É mais sangue derramado na luta pela reforma agrária no Brasil. A morte dessa criança pobre pode ser creditada a Ronaldo Caiado, o presidente da famigerada União dos Demônios Reunidos [...]."[41] Um jogo de palavras em tom de denúncia com a sigla da UDR, União Democrática Ruralista, organização composta por grandes proprietários de terra, criada em 1985 para se opor à legislação que ameaçava mudar a estrutura fundiária nacional: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA I) e a Lei da Reforma Agrária da Constituição de 1988.

37 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 1º out. 1987, p. A1 e A10.
38 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 8 out. 1987, p. A1 e A14.
39 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 1º out. 1987, p. A1 e A10.
40 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 2 set. 1987, p. A10.
41 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Pitanga (1987)*, *Diario de Pernambuco*, 3 nov. 1987, p. A10.

Engenho Ubú: "Queremos Terra, Não Queremos Guerra"

O Engenho Ubú compreendia uma extensa propriedade pertencente à antiga Destilaria de Álcool Ubú, que faliu por volta de 1986. Tinha uma superfície de 3 mil ha e ficava situada no norte da Zona Canavieira, na fronteira entre os municípios de Goiana, Igarassu e Itapissuma.[42]

Desde o final do ano de 1993, a CPT NE 2 e os sindicatos rurais desses municípios organizaram encontros e reuniões com os trabalhadores rurais desempregados e provenientes de diversos outros municípios da Zona Canavieira. Essas atividades ocorriam no Engenho Novo, propriedade localizada em Igarassu e desapropriada pelo INCRA no final dos anos 1970, e tratavam da situação local e da reforma agrária. Em dezembro de 1993, ocorreu uma reunião importante, que abordou três temas principais: a reforma agrária, a necessidade de terras para cultivar e a falta de emprego na região em razão da crise da indústria açucareira. Uma segunda e uma terceira reuniões tiveram lugar em janeiro do ano seguinte, mas desta vez elas foram interrompidas pela polícia e pelos vigilantes da Companhia de Tecidos Paulista, que temia que a desapropriação de outras partes das suas propriedades. Em fevereiro de 1994, um último encontro pôs fim às reuniões de estudo e de preparação e definiu a propriedade que seria ocupada, a data da ocupação e os trabalhadores que queriam participar (280, devidamente inscritos nos sindicatos rurais).[43]

Uma semana mais tarde, eles chegaram lá num comboio de ônibus, microônibus e carros fornecidos pela CPT NE 2 e pelos sindicatos. Aproximadamente 180 famílias se estabeleceram na localidade. O movimento contava desde então com a ajuda da CPT NE 2, da FETAPE[44] e de alguns padres da região, como o pároco de Abreu e Lima e o Padre José Servat. Entretanto, já em março, o oficial de justiça do município de Goiana, acompanhado da Polícia Militar e da Polícia Federal, executou um mandado de reintegração de passe e ordenou a saída dos acampados. Em seguida, a polícia destruiu as barracas, colocou fogo nas outras instalações e obrigou as famílias a abandonar o local. Elas se refugiaram às margens da BR 101, situada nas proximidades, e a FETAPE interveio e ofereceu o seu apoio jurídico aos trabalhadores. Em abril, as condições de vida se tornavam mais difíceis e algumas famílias abandonaram o acampamento. Elas passaram então a ser 128, no total.[45]

---

42 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Nota divulgada pela Comissão das Famílias Acampadas do Engenho Ubú, Igarassu, 16 fev. 1994. Governo Federal, Decreto de 26 de dezembro de 1994 (Decreto de Desapropriação do Engenho Ubú, situado nos municípios de Goiana, Igarassu e Itapissuma).

43 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Comunidade Assentamento Ubú: uma história de bravura, Recife, CPT NE 2, jan. 1999, p. 1-3 (Livreto publicado pela CPT NE 2 sobre a história do Engenho Ubú).

44 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, FETAPE, Ofício ao superintendente do INCRA, Fernando Mara, solicitando audiência para tratar do conflito de terras no Engenho Ubú, Recife, 17 fev. 1994.

45 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Ubú (1995)*. Comunidade Assentamento Ubú... Op. cit., p. 3-11; Nota divulgada pela Comissão das Famílias Acampadas do Engenho Ubú... Op. cit.; Reivindicações das famílias acampadas do Engenho Ubú, 29 nov. 1995, p. 1 (Carta contendo exigências

Em junho, o INCRA concluiu sua vistoria e declarou as terras improdutivas. Entretanto, nos dois meses seguintes, o processo de desapropriação não avançou e, em setembro, o movimento ocupou a sede do órgão durante 3 dias, para pressionar as autoridades. Ao mesmo tempo, na área em litígio, os trabalhadores reagiam às tentativas dos donos de reaver a propriedade e evitar sua desapropriação. Em dezembro, eles ocuparam-na novamente e só saíram de lá no fim do mês, após terem recebido maiores garantias em documento assinado pelos responsáveis do INCRA. De fato, o decreto de desapropriação foi finalmente assinado pelo presidente da República em dezembro de 1994.[46] Todavia, os proprietários recorreram e conseguiram suspender o decreto presidencial. Consequentemente, em janeiro de 1995, os trabalhadores foram novamente expulsos e transferidos para outras terras pertencentes ao governo do estado de Pernambuco.[47] Eles aí ficaram cerca de 10 meses, quando as 82 famílias decidiram, em setembro, ocupar uma última vez a sede do INCRA durante um mês, até a promulgação do decreto de desapropriação. Esta ocorreu em outubro do mesmo ano. A ela se seguiram a imissão de posse em novembro e a volta definitiva para as terras do Engenho Ubú em dezembro de 1995.[48]

Em síntese, o apoio oferecido pela CPT NE 2 consistiu, principalmente, na preparação do movimento, na mobilização de seus membros e nas sucessivas ocupações da sede do INCRA (cinco no total) para tentar acelerar o processo de desapropriação. Além desta fase de conquista da terra, a sua participação se manifestou também na organização do assentamento após a desapropriação. Nesta ocasião, ela definiu inclusive a luta pela reforma agrária não somente como a conquista da terra, mas também como "a luta pela dignidade, pela libertação e conquista da cidadania"[49]. Esta declaração foi em seguida retomada pelos próprios trabalhadores quando eles explicaram as motivações do seu movimento:

> Nós, desagarrados e tocados pela fome e pela falta de terra para plantar, pois emprego não existe, ocupamos estas terras.
>
> Queremos terra, não queremos guerra!
>
> Exigimos que a lei da Reforma Agrária seja cumprida e que seja desapropriada estas terras improdutivas para distribuir para quem precisa de terra para trabalhar, produzir e viver.
>
> Nós não queremos viver através de campanhas assistencialistas. Nós mesmos temos força e vontade para produzir nossa comida e com o fruto do nosso suor, trabalhar estas terras. Assim também, produzimos comida para os outros.[50]

---

das famílias de Ubú ao superintendente do INCRA Roosevelt Gonçalves de Lima); Projeto do assentamento Ubú, Itapissuma, Recife, 18 jan. 1996, e Itapissuma, 27 fev. 1996, p. 1 (Projeto de assentamento elaborado pela Comissão das Famílias do Engenho Ubú).

46 Governo Federal, Decreto de 26 de dezembro de 1994.

47 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, FETAPE, Nota divulgada pela FETAPE denunciando a posição do INCRA no processo de desapropriação do Engenho Ubú, Recife, 24 ago. 1995, p. 2.

48 CPT NE 2. Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Comunidade Assentamento Ubú... Op. cit., p. 14-17 e 20-25; Reivindicações das famílias acampadas do Engenho Ubú. Op. cit., p. 1; Projeto do assentamento Ubú. Op. cit., p. 1.

49 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Comunidade Assentamento Ubú... Op. cit., p. 26.

50 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Nota divulgada pela Comissão das Famílias do Engenho Ubú... Op. cit.

Deste modo, após a regularização das terras ocupadas, a CPT NE 2 também ajudou os trabalhadores em três principais procedimentos junto às autoridades e aos órgãos públicos. Primeiramente, eles enviaram uma carta ao superintendente do INCRA, Roosevelt Gonçalves de Lima, para apresentar as exigências das famílias quanto à divisão das parcelas e à organização da comunidade rural: "um parcelamento igual para todos em que a área mínima chegue a 8 ha. ou a 15 ha", "os créditos de alimentação e habitação", "projetos relativos à produção" e "escola, posto de saúde, Centro Comunitário"[51]. Em seguida, eles elaboraram um projeto e os estatutos da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento do Engenho Ubú. Eles pretendiam então se constituir enquanto organização a fim de poder melhor fazer as suas reivindicações.[52] Eles visavam, além disto, construir sua identidade e afirmar seus objetivos: "Lutar juntamente com as demais organizações populares por uma sociedade democrática, justa e fraterna."[53] Por fim, eles enviaram um ofício ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pedindo ao mesmo que ampliasse a rede elétrica para as famílias lá estabelecidas para "beneficiar as famílias assentadas garantindo-lhes um maior desenvolvimento no campo da produção e suprimento familiar"[54]. Buscavam com isso não só melhores condições de vida e de produção, mas também o reconhecimento dos seus direitos, a "garantia e exercício da cidadania"[55].

Em ambos os conflitos (Pitanga e Ubú), instituidores de sua prática social, as ações da CPT NE 2 romperam com as formas de mobilização mais recorrentes. Essas ações foram muito além da esfera do mundo do trabalho ou apenas da exigência do respeito às leis trabalhistas. Elas contestavam a ordem estabelecida no meio rural e o status nele atribuído aos trabalhadores rurais.[56] Mobilizavam muitas outras forças sociais e reivindicavam o seu direito à sobrevivência/existência e a constituir um modo de vida alternativo ao sistema capitalista, fundamentado na exploração da grande propriedade e voltado para o mercado consumidor. Além da conquista da terra, essas novas formas de atuação previam uma reinserção e a construção de uma identidade social positiva. Sendo assim, a ocupação assumia para esses trabalhadores, que formavam uma população social e economicamente marginalizada, uma grande importância.

51 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Reivindicações das famílias acampadas do Engenho Ubú. Op. cit., p. 1 e 2.
52 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Projeto do assentamento Ubú. Op. cit., p. 2 e 3.
53 Ibid. 1 e 2; CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Estatuto da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento do Engenho Ubú, Ubú, 6 fev. 1996, p. 1.
54 CPT NE 2, Dossiê *Engenho Ubú (1995)*, Ofício da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento do Engenho Ubú ao governador de Pernambuco solicitando a ampliação da rede elétrica para as famílias do Engenho Ubú, 29 out. 1996.
55 Ibid.
56 MARTÍNEZ, 2008, p. 3; STARCK, 2005, p. 84-92; NEVEU, 2005.

Esta estratégia de luta representava para eles a possibilidade de garantir a sua sobrevivência, mas também de reafirmar sua dignidade e sua identidade camponesa.[57]

Todos estes aspectos fazem da organização estudada não apenas mais um componente da Igreja Católica ou da CPT Nacional. No desempenho de suas práticas, ela adquiriu progressivamente características de um grupo de pressão e adotou então formas de atuação características dos novos movimentos sociais: em suma, a contestação de uma ordem social e política estabelecida (a estrutura fundiária dominante e os seus grandes proprietários de terra); formas de luta pouco institucionalizadas e até então pouco convencionais (ocupações de terra, de espaços e prédios públicos); reivindicações simbólicas e identitárias (um novo modo de vida no campo); novas estratégias de comunicação e informação (cartas, ofícios, dossiês, notas e comunicados à imprensa) e, por fim, relações de estreita colaboração com os outros atores sociais (movimentos e também personalidades políticas e autoridades).

Desta maneira, ainda que a CPT NE 2 tenha sido influenciada pelas experiências católicas anteriores (dos anos 1960 e 1970), ela colocou em prática estratégias de mobilização que foram muito além dos métodos clássicos dos movimentos leigos da Igreja. Vivenciando um período de grande tensão e de intensas lutas pela reforma agrária, sua atuação neste contexto extrapolou os limites do campo religioso e se orientou sobremaneira por um viés sociopolítico.

A pastoral dita de fronteira e serviço, desempenhada junto aos trabalhadores rurais e sem terra, viu-se, portanto, confrontada com os conflitos de terra em curso e entrou, consequentemente, em contato com o conjunto dos movimentos sociais. Ao fazer isto, o seu repertório de ações se ampliou e incorporou novas estratégias de mobilização a fim de tornar o seu apoio mais eficiente. Por outro lado, esta mudança implicou ainda na aplicação de novas relações com os outros atores sociais presentes no meio rural. A CPT NE 2 não poderia deles prescindir. Agindo de maneira ativa no espaço social, ela teve forçosamente que compor com essas outras forças sociais e achar o seu lugar entre elas.

57 SALAZAR, 2010, p. 1 e 2; PENISSAT, 2005, p. 71-93; MATHIEU, 2007, p. 133-135; ZIBECHI, 2006, p. 228 e 229; INGLEHART, 1997, p. 3-6; TOURAINE, 1978, p. 107 e 108.

Referências Bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo:** lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987. Tese (Doutorado em História)-UFPE. Recife, 2003.

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A crise do setor sucro-alcooleiro e as suas conseqüências:** uma análise a partir da década de 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-UFPE. Recife, 2004.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade:** os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren, Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BALTAR, Abelardo e CHAGAS, Glauce. **Um furacão varre a esperança:** o caso D. Hélder. Recife: FUNDARPE, 1993.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **CPT no Nordeste caminhos e buscas (1976-1995).** João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

CANUTO, Antonio e POLETTO, Ivo (Org.). **Nas pegadas do povo da terra:** 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CPT Nacional. **A luta pela terra:** a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

CPT Nacional. **Conquistar a terra, reconstruir a vida:** CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT Nacional. **CPT:** pastoral e compromisso. Petrópolis: Vozes, 1983.

CPT NE 2. **Conflitos no campo da CPT do Regional Nordeste II**. Recife: CPT NE 2, 1995.

CPT NE 2. **Entrando no terceiro milênio.** Recife: CPT NE 2, 2000.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado. In: WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável***:* dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2004.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio B. Resistência e reprodução camponesa a partir da conquista da terra na região canavieira pernambucana. *CLIO*. **Revista de pesquisa histórica,** Recife: UFPE, n. 26-2, 2008.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and postmodernization:** cultural, economic, and political change in 43 societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés.** Brasília: UNB; Rio de Janeiro: Merco Zero, 1988.

MARTÍNEZ, Silvia Lago. **Internet y cultura digital:** la intervención política y militante. *Nomadas*, Bogota: IESCO, n. 28, abr. 2008.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MATHIEU, Lilian. **L'espace des mouvements sociaux**. *Politix*, n. 77, p. 133-135, 2007/1.

MAUPEOU, S. C. **Conciliação versus radicalização:** o SORPE e as demais organizações católicas presentes na zona canavieira de Pernambuco por volta de 1963. *Cadernos de História*, Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano X, n. 10 (2013-2014), p. 110-138, 2016. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/cadernosdehistoriaufpe/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/9/9>; Acesso em 29 ago. 2017.

NEVEU, Érik. **Sociologie des mouvements sociaux.** Paris: La Découverte, 2005.

PENISSAT, Étienne. **Les occupations dans les années 1960-1970**: processus sociohistoriques de "réinvention" d'un mode d'action. *Genèse*, n. 59, p. 71-93, 2005/2.

RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALAZAR, Santiago Munévar. **El volcán latinoamericano y la erupción de los movimientos sociales.** *Rebelión*, mar. 2010.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Trad. Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social:** uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERVAT, Joseph. **Um grito no Nordeste:** a experiência da A.C.R. no Brasil (1965-1986). Recife, 2000.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

STARCK, Philippe. **Un nouveau mouvement social ?**. Vie sociale et traitements, n. 85, 2005/1.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. vol. 1. A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORLBY, Tiago. **Pitanga:** os outros quinhentos. Recife: Recife Gráfica Editora S.A., 1992.

TOURAINE, Alain. **La voix et le regard.** Paris: Les Éditions du Seuil, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária:** suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

______. 'Morar e trabalhar': o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ZIBECHI, Raúl. **Movimientos sociales:** nuevos escenarios y desafíos inéditos. *Osal*, ano VII, n. 21, set.-dez. 2006.